

PÔSTER | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE: contribuições do Serviço Social na compreensão das relações de gênero no Brasil

EL GÉNERO COMO CATEGORÍA DE ANÁLISIS: contribuciones del Trabajo Social para la comprensión de las relaciones de género en Brasil

Mylena da Silva¹

RESUMO

O artigo discute a relevância do gênero como categoria de análise nas relações de poder e no contexto do Serviço Social. Destaca-se a importância de considerar as desigualdades sociais e promover a equidade por meio de uma abordagem teórico-metodológica embasada no materialismo histórico-dialético. O Serviço Social, ao incorporar o debate sobre gênero, busca promover mudanças significativas alinhadas com seu Projeto Ético-Político, visando a emancipação humana. A interseccionalidade com raça e classe é essencial para uma compreensão abrangente das opressões sociais, estimulando um engajamento crítico dos profissionais na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Gênero e Serviço Social. Projeto ético-político. Raça, classe e gênero.

ABSTRACT

El artículo discute la relevancia del género como categoría de análisis en las relaciones de poder y en el contexto del Trabajo Social. Se destaca la importancia de considerar las desigualdades sociales y promover la equidad a través de un enfoque teórico-metodológico basado en el materialismo histórico-dialéctico. El Trabajo Social, al incorporar el debate sobre género, busca promover cambios significativos en línea con su Proyecto Ético-Político, apuntando a la emancipación humana. La interseccionalidad con raza y clase es esencial para una comprensión integral de la opresión social, estimulando el compromiso crítico de los profesionales en la búsqueda de una sociedad más justa e igualitaria.

¹ Bacharel em Serviço Social - Universidade Federal de Sergipe (2017-2023). Mestranda em Serviço Social e Política Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PROSS/UFS (2023).

Keywords: Género y Trabajo Social. Proyecto ético-político. Raza, clase y género.

1 INTRODUÇÃO

A categoria gênero tem sido difundida no âmbito acadêmico desde os anos 1980. No Brasil, as discussões de gênero começaram a se disseminar nos anos 1990, após a tradução do texto de Joan Scott: "Gênero: uma categoria útil para análise histórica", que se tornou um marco importante para o movimento feminista no país (Cisne, 2012, p. 149). Essa categoria oferece uma nova perspectiva sobre as distinções entre características consideradas femininas e masculinas, além de destacar as hierarquias presentes nas relações sociais e promover uma compreensão mais aprofundada.

Durante o processo de transição que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, o Serviço Social buscou estabelecer uma nova legitimidade e postura profissional, através da aproximação com os movimentos sociais e a classe trabalhadora. Nesse período, a profissão se aproximou das ideias e lutas feministas, a fim de romper com as correntes do conservadorismo que caracterizavam seu surgimento. Levando em consideração o contexto socio-histórico mencionado, observamos que, na década de 1990, o Serviço Social começou a incorporar o debate feminista em várias dimensões do seu Projeto Ético-Político profissional. Essa incorporação gerou avanços e desafios teórico-políticos decorrentes da adoção do conceito de gênero.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, fundamentado na aliança com os movimentos sociais e as classes trabalhadoras, encontrou um terreno fértil para o debate feminista no atual campo "anticapitalista" e "emancipatório". As lutas e discussões feministas foram dinamizadas nesse cenário, contribuindo de forma significativa para o Serviço Social, que passou por um processo de renovação visando repensar sua atuação diante dos desafios contemporâneos. Nesse processo, a categoria gênero ganhou destaque como elemento fundamental na análise crítica das relações sociais e das desigualdades presentes na sociedade.

O propósito deste artigo consiste em trazer apontamentos acerca da relação entre a categoria de gênero e o campo do Serviço Social. Com base em uma perspectiva teórico-metodológica fundamentada no materialismo histórico-dialético, este tem como objetivo estabelecer um diálogo crítico e reflexivo, a partir de uma revisão bibliográfica abrangendo as

categorias de análise pertinentes, visando o enriquecimento e a ampliação do debate sobre os pontos discutidos a seguir.

2 GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS DE UMA RELAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

De acordo com a autora francesa Joan Scott em seu artigo "*Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica*", é imprescindível considerar o gênero como uma esfera de análise para se alcançar uma reconstrução histórica mais abrangente. Scott inicia a discussão abordando o uso gramatical e linguístico do termo "gênero", que, no passado, era equivocadamente empregado de forma figurada, como exemplificado pelo Dicionário da Língua Francesa de 1876. Posteriormente, as feministas passaram a utilizar o termo de forma mais literal, referindo-se à organização social das relações entre os sexos, com a intenção de rejeitar o determinismo biológico, uma característica marcante na contemporaneidade (Scott, 1989).

Uma preocupação central das pesquisadoras feministas era a falta de distinção nos estudos entre homens e mulheres, o que limitava o alcance das pesquisas. Assim, o objetivo era compreender o gênero a partir de uma perspectiva histórica, considerando tanto a história passada quanto a prática histórica atual. Para isso, os historiadores adotaram abordagens teóricas descritivas e causais sobre o gênero, visando uma compreensão mais aprofundada dessa categoria (Scott, 1989).

Ao longo do tempo, o termo "gênero" passou a substituir o termo "mulheres" em diversos contextos, como uma estratégia para neutralizar e objetivar as referências femininas em livros e artigos. Essa substituição buscava conferir mais seriedade ao trabalho acadêmico, incluindo as mulheres na história, mas sem nomeá-las diretamente. Scott argumenta que esse uso pode ser entendido como uma busca por legitimidade acadêmica por parte dos historiadores feministas na década de 1980. No entanto, essa prática reforça a ideia de que o mundo das mulheres é subordinado ao mundo dos homens, ao invés de ser reconhecido de forma autônoma e igualitária (Scott, 1989).

Diversos pesquisadores empenharam-se em desenvolver teorias para explicar o conceito de gênero e sua evolução histórica. Scott (1989) identifica três posições teóricas principais: a abordagem feminista que busca explicar as origens do patriarcado, a perspectiva marxista que procura estabelecer um diálogo crítico com as teorias feministas, e a divisão entre

o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, com o objetivo de analisar a produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

No entanto, essas abordagens teóricas apresentam limitações. As teorias do patriarcado, embora sejam importantes para questionar as desigualdades de gênero, não conseguem explicar como essas desigualdades se relacionam com outras formas de desigualdade. Por outro lado, a abordagem marxista enfoca as relações de gênero em conjunto com as relações de produção, mas não reconhece o gênero como uma categoria de análise autônoma. Assim, tanto as teorias do patriarcado quanto as marxistas têm suas problemáticas específicas (Scott, 1989).

É relevante destacar que o conceito de gênero como categoria de análise histórica só ganhou destaque no final do século XX, ausente na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o século passado. A autora Joan Scott propõe uma definição de gênero dividida em duas partes: como elemento constitutivo das relações sociais baseado em percepções das diferenças entre os sexos e como forma de significar as relações de poder. Dessa forma, Scott promove uma reflexão minuciosa sobre os métodos de análise e enfatiza a necessidade de redefinir o conceito de gênero considerando suas interseções com raça e classe, aspectos indispensáveis para uma compreensão abrangente dessa categoria (Scott, 1989).

A apropriação do conceito de gênero tornou-se mais ampla a partir do momento em que as feministas começaram a utilizá-lo na década de 1970, apontando para a diversidade das expressões das relações entre os sexos e atribuindo-lhe um significado sócio-histórico. Nesse sentido, as relações de gênero vão além das relações entre homens e mulheres, abrangendo também as relações de poder entre sujeitos históricos que contribuem para a criação e recriação de hábitos e cultura ao longo do tempo (Silva e Vasconcelos, 2017).

Conforme destacado por Scott (1990 apud Silva e Vasconcelos, 2017), o gênero permeia o campo ideológico e cultural, refletindo relações de poder que atribuem significado às diferenças entre os sexos. Essa compreensão permitiu a identificação das discriminações de gênero, anteriormente naturalizadas, e evidenciou as desigualdades presentes na sociedade contemporânea. Tais desigualdades estão presentes em normas, valores, cultura e legislações, que perpetuam relações de poder desiguais arraigadas na estrutura social machista e homofóbica (Bezerra, 2017).

Em suma, a compreensão do gênero como uma categoria de análise histórica é essencial para desnaturalizar as desigualdades de gênero e investigar as complexas relações de poder

presentes na sociedade. Além disso, reconhecer as interseções entre gênero, raça e classe é fundamental para uma compreensão abrangente das experiências e opressões vivenciadas por diferentes grupos sociais. É importante ressaltar que as conquistas e avanços das mulheres não estão restritos aos estudos feministas, mas são parte integrante da história da humanidade (Silva e Vasconcelos, 2017). Ademais, as expressões dessa relação de poder estão presentes nas normatizações, valores, cultura e legislações, reproduzidas socialmente, como fruto de um consenso, resultante de relações não conflituosas e desiguais que ocorre na realidade, norteando a sociedade contemporânea de caráter machista e homofóbica, arraigadas na sua estrutura social.

Compreender a relação entre gênero e Serviço Social é extremamente relevante para o exercício profissional do Assistente Social, uma vez que a categoria gênero tem se mostrado cada vez mais importante para a compreensão das desigualdades sociais e para a promoção da justiça social. Nesse sentido, a aproximação do Serviço Social à categoria gênero representaria mais uma das categorias de análise também imbricadas no processo de movimento de ruptura com o conservadorismo da profissão.

A crítica ao Serviço Social tradicional se esboça nos anos 1950, mas aparece com mais vigor nos anos 1960, num contexto de questionamento ao imperialismo e aparecimento de movimentos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, das mulheres, dos estudantes, negros, entre outros. Nesse contexto, o Serviço Social do Brasil e América Latina principalmente nos países do cone sul - é palco do chamado Movimento de Reconceituação, em que “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (Faleiros, 1987, p. 51 apud Netto, 2005, p. 09 in Inácio, 2013, p. 131-132).

Segundo Lisboa e Pinheiro (2005), enquanto o movimento feminista lutava pelos direitos da mulher, publicizando e dando visibilidade para a questão da violência contra ela, o Serviço Social tentava avançar na superação do patamar conservador, consolidando a sua postura crítica a partir do Projeto de Ruptura e incorporando o debate voltado para a teoria marxista, tendo como uma de suas principais referências a obra *“Relações de Gênero e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica”* de Marilda Iamamoto (1982), que contribuiu para compreensão profissional do Serviço Social a partir do método em Marx. (Netto, 2005).

A obra de Marilda Yamamoto em 1982, fundamentada numa leitura das fontes originais do pensamento de Marx e algumas obras de Antonio Gramsci (1891-1937), contribuiu para a consolidação do Projeto de Ruptura, e conforme destacou Netto (2005 b), sinaliza a maioria intelectual da perspectiva da Intenção de Ruptura, sendo a primeira incorporação bem sucedida da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. (Inácio, 2013, p. 141)

A partir desse movimento, o Serviço Social passou a se aproximar cada vez mais da categoria gênero, buscando compreender as suas desigualdades enquanto uma das múltiplas expressões da “questão social”. Conforme Dias (2014), essa aproximação tem sido evidenciada nas publicações em revistas, anais de congressos e em teses e dissertações, embora o volume de trabalhos que versam sobre os temas movimento de mulheres, feminismo, mulher e gênero ainda seja bastante reduzido.

Para Dallago (2005 apud Inácio, 2013), existem três posições teóricas em torno das questões de gênero: uma explicação feminista com base no patriarcado; a segunda está dentro da tradição marxista; a terceira se encontra dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto. É importante destacar que a aproximação do Serviço Social à categoria gênero não se dá de forma homogênea, uma vez que existem diferentes correntes teóricas e políticas que abordam a questão de gênero de formas distintas, no entanto,

a dinamização do feminismo marxista e socialista durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, marcada pela disputa entre os grupos de mulheres classistas, que analisavam a opressão das mulheres como uma questão de classe social, e os segmentos feministas, que buscavam relacionar a opressão particular das mulheres à exploração capitalista, contribuiu para uma primeira aproximação do Serviço Social ao feminismo, uma vez que a profissão também passa a incorporar a tradição marxista. (Inácio, 2013, p. 138)

De acordo com Santos (2019), o Serviço Social, como profissão, tende a estruturar uma visão crítica, reflexiva e comprometida sob uma postura investigativa e política no exercício de sua intervenção, possibilitando compreender a relação de gênero como dimensão constitutiva do seu exercício profissional e entender essa relação como particularidade das contradições básicas das relações sociais. Nesse sentido, a aproximação do Serviço Social à categoria gênero tem sido fundamental para a compreensão das desigualdades de gênero como uma das expressões da questão social, contribuindo para a promoção da justiça social e para a garantia dos direitos sociais.

Netto (2006) aborda a construção do Projeto Ético-político do Serviço Social, que teve sua origem nos anos 1990, destacando que este como fruto de um processo histórico, consolidada no “Congresso da Virada” no qual os Assistentes Sociais buscaram romper com uma perspectiva profissional mais conservadora e tecnicista, de modo que pudessem se posicionar de forma crítica diante das demandas sociais e das relações de poder presentes na sociedade. Essa construção envolveu a articulação entre teoria e prática, reflexão sobre a profissão e ação coletiva destes profissionais.

Braz e Teixeira (2009) complementam a análise de Netto (2006), abordando a relação entre o projeto ético-político e a revisão curricular do Serviço Social. Segundo as autoras, a revisão curricular foi um processo necessário para concretizar os princípios e diretrizes do projeto ético-político no ensino e na formação profissional. Elas destacam a importância de uma formação que proporcione aos Assistentes Sociais a compreensão crítica da realidade social, o conhecimento das políticas sociais e a capacidade de intervir de forma ética.

Porém, concomitante a isto, é importante destacar que a questão da opressão/emancipação das mulheres e as demandas daí decorrentes não foram abordadas no Código de Ética de 1986, nem no Currículo Mínimo de 1982, dois instrumentos normativos e de formação profissional da categoria que expressam a consolidação do Projeto de Ruptura nos anos 1980 (Inácio, 2013). Isso mostra que a aproximação do Serviço Social à categoria gênero ainda é um processo em construção, que demanda aprofundamento teórico e político por parte dos Assistentes Sociais.

Assim, podemos afirmar que a hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social é, constantemente e, desde sempre, desafiada por forças conservadoras que defendem uma atuação profissional mais adaptada aos interesses da classe dominante. Nesse contexto, este deve ser constantemente reafirmado e renovado pelos Assistentes Sociais, levando em consideração as transformações da realidade social. (Braz, 2007)

É somente a partir dos anos 1990 que a questão de gênero passou a ser incorporada nos Congressos Brasileiros de Assistente Social (CBAS), como pode ser observado na mudança da denominação do eixo temático do VII CBAS (1992) para o VIII CBAS (1995), que passou a incorporar a questão de “gênero” (Dias, 2014). Além disso, o Serviço Social, através de sua entidade sindical, tem apoiado e incentivado a participação da categoria nas lutas das mulheres

e das feministas. No entanto, o que se observou foi a ausência de um debate mais amplo sobre a questão da opressão/emancipação das mulheres no interior da profissão, o que configura uma aproximação parcial do Serviço Social ao feminismo (Inácio, 2013)

Essa relação de oposição entre o Serviço Social e o feminismo só vai sofrer uma alteração quando a profissão busca romper suas raízes conservadoras, como parte do processo de renovação profissional, explicitado na década de 1960. A conjuntura mundial dos anos 1960, com a emergência de movimentos libertários, propiciou uma primeira vinculação do Serviço Social aos movimentos sindicais e sociais, dentre eles, os movimentos de mulheres e feministas, configurando um momento significativo pela possibilidade de aproximação entre o Serviço Social e o feminismo no país. (Inácio, 2013, p. 130)

A incorporação da categoria gênero nos debates e nas práticas do Serviço Social tem sido fundamental para a compreensão das desigualdades de gênero como uma das expressões da questão social, contribuindo para a promoção da justiça social e para a garantia dos direitos sociais. Desse modo, é necessário que essa aproximação seja aprofundada e que haja um debate mais amplo sobre a questão da opressão/emancipação das mulheres no interior da profissão, para que o Serviço Social possa contribuir de forma mais efetiva para a luta feminista e para a promoção da igualdade de gênero. No âmbito do Serviço Social, Iamamoto (2010), destaca a necessidade de considerar as relações de gênero como parte integrante das relações sociais e das desigualdades presentes na sociedade contemporânea. A autora ressalta a importância de compreender as especificidades das experiências das mulheres e das demais identidades de gênero na formulação de políticas e práticas sociais. Assim, ao trazer gênero ao escopo do Serviço Social, permite-se fazermos uma análise mais aprofundada e contextualizada das desigualdades sociais, onde o trabalho do Assistente Social deve estar comprometido com a transformação dessas relações e buscando a promoção da equidade em busca de uma sociedade mais justa e igualitária através da sua intervenção profissional.

3 CONCLUSÃO

A categoria de gênero desempenha um papel crucial na renovação do Serviço Social e na sua aproximação com a realidade social, uma vez que é possível perceber a importância de uma prática profissional que considere as dimensões de gênero como fundamentais para a transformação social e a promoção da equidade, principalmente no âmbito da profissão, essa que é majoritariamente feminina desde o seu processo de surgimento até a

contemporaneidade. O artigo aponta de maneira breve a relação intrínseca entre a categoria de gênero e o Serviço Social, analisando como o debate voltado para a temática enquanto categoria analítica foi incorporado no Projeto Ético-Político profissional, apontando que esta aproximação somente ocorreu em um contexto de estreita aliança com os movimentos sociais e a classes trabalhadora, dentro de um campo de atuação que se define como "anticapitalista" e "emancipatório", a partir do processo de tentativa de rompimento com o conservadorismo enraizado na gênese da profissão

Partindo dessa perspectiva, o texto promove uma discussão aprofundada acerca dos avanços e desafios teórico-políticos decorrentes da adoção do conceito de gênero, sublinhando a importância de reconhecer as interseções entre gênero, raça e classe para se alcançar uma maior e mais abrangente compreensão de experiências e opressões vivenciadas por diversos grupos sociais, uma vez que não é possível discutirmos gênero sem apontar classe e raça enquanto elementos constitutivos da categoria. Ademais, o material apresenta contribuições relevantes do Serviço Social para a compreensão das relações de gênero, destacando a relevância e o impacto do fazer profissional das/os assistentes sociais na promoção da equidade e na transformação das relações sociais, com o objetivo de estabelecer uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, o artigo oferece uma análise crítica e aprofundada sobre a relação entre gênero e desigualdades sociais no âmbito do Serviço Social, sublinhando a importância de adotar uma abordagem teórico-metodológica embasada no materialismo histórico-dialético para se realizar uma análise mais rigorosa, abrangente e contextualizada das disparidades sociais. Tal reflexão visa, por sua vez, estimular um engajamento crítico por parte dos profissionais e estudiosos do Serviço Social no enfrentamento das questões de gênero, ampliando o escopo de atuação da profissão e possibilitando uma compreensão mais abrangente das desigualdades e opressões presentes na sociedade, a fim de promover mudanças significativas e contribuir para a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Vandecy Farias. **A rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica no município de Aracaju**. In: Serviço Social e gênero: interface com as políticas públicas e sociais/Maria Helena Santana Cruz, Josefa Lusitânea de J. Borges(Organizadoras). 1. ed.- Curitiba: Appris, 2019.

BRAZ, Marcelo, TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS. 2009, p.185/ 200.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: Uma Profissão De Mulheres Para Mulheres**: Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DIAS, Daiana Nardino. **O Estado Da Arte Sobre Gênero No Serviço Social**/Daiana Nardino Dias; orientadora, Luciana Patricia Zucco - Florianópolis, SC, 2014.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo/Miriam de Oliveira Inácio. - Recife : O Autor, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social/Marilda Villela iamamoto. - 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar Estemann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.p. 19-27

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista katálysis** - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis (SC), v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n.84, nov. 2005.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político do Serviço Social** in: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. (org. Mota et all.). São Paulo: Cortez. 2006.

SANTOS, Rosa Angélica dos. **Gênero e Serviço Social**: considerações para o debate. In: Serviço Social e gênero: interface com as políticas públicas e sociais/Maria Helena Santana Cruz, Josefa Lusitânea de J. Borges(Organizadoras). 1. ed.-Curitiba: Appris, 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análises históricas. Nova York, Columbia Press. 1989.